

“A crise do liberalismo estadunidense: identidade e antipolítica”

*“The Crisis of American Liberalism:
identity and antipolitics”*

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2020, vol. 10(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.3.450

 Open Access Journal

*Resenha de O Progressista de Ontem e o do
Amanhã: Desafios da Democracia Liberal no Mundo
Pós-políticas identitárias de Mark Lilla*

Luiz Eduardo Garcia da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
[Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul]

Resumo

Como foi possível a eleição de Donald Trump em 2016 e por que o campo progressista norte-americano não conseguiu fazer frente a sua ascensão? Essas são as perguntas que Mark Lilla em seu novo livro, apresentado nesta resenha crítica, se propõe a responder. Observando a construção de uma cultura política cada vez mais centrada no individualismo, o autor critica a maneira como os agentes do campo liberal dos Estados Unidos cristalizaram um modo de fazer política caracterizado por pautas puramente identitárias que tornam incapaz a construção de uma agenda política compartilhada. Esta “pseudopolítica” faz com que as demandas dos progressistas sejam crescentemente refratárias, gerando como consequência o enfraquecimento eleitoral do Partido Democrata e um vácuo político que é capaz de ser preenchido por figuras que saibam adaptar seu discurso à essa nova mentalidade antidemocrática.

Palavras-chave: Estados Unidos; Cultura Política; Democracia; Identidades políticas.

Abstract

How was it possible the election of Donald Trump in 2016 and why the liberals could not stand up to it? These are the questions that Mark Lilla tries to answer in his book. Observing the construction of a political culture centered in the individualism, the author criticizes how liberals in the United States have crystallized a political strategy based on purely identity politics making themselves incapable of building a shared political agenda. This “pseudopolitics” narrows the scope of the demands from the liberals which weakens the electoral power of the Democrats as well as promotes a political vacuum. This creates as well an environment that is being filled with individuals who have a discourse well adapted to the present antidemocratic mentality.

Keywords: United States, Political Culture; Democracy; Identity Politics.

“A crise do liberalismo estadunidense: identidade e antipolítica”

Luiz Eduardo GARCIA DA SILVA

Compreender os desafios que propiciaram a eleição de Donald Trump, no final de 2016, é uma tarefa possível de ser avaliada dentro de diferentes prismas teóricos e metodológicos, partindo desde as opções estratégicas e discursivas utilizadas pelo então candidato republicano, até as falhas na interpretação do ambiente político estadunidense por parte dos democratas. O fato é que a surpreendente vitória de Trump lançou uma série de novos desafios para analistas e cientistas políticos na tentativa de encontrar razões suficientes que levaram aquele país a optar eleitoralmente por um candidato aparentemente avesso aos valores tradicionalmente imputados ao sistema político dos EUA.

O livro de Mark Lilla, professor de humanidades da Universidade de Columbia, intitulado “O progressista de ontem e o de amanhã”, busca apresentar algumas das razões pelas quais o partido Democrata não foi capaz de construir uma plataforma política que fosse forte o suficiente para se contrapor à ascensão do fenômeno Trump nos Estados Unidos. Em tom provocador e de escrita fluida, o ensaio de Lilla denuncia uma crise do liberalismo¹ e sua atual impossibilidade de construção de agendas políticas comuns à maior parcela do eleitorado como sendo fruto de uma estratégia equivocada de mobilização por ele denominada de “liberalismo identitário”.

Na introdução, ao aprofundar sua crítica e seu diagnóstico frente à “pseudopolítica” identitária, o autor elucida uma perspectiva realista do processo político-partidário, afirmando que a estratégia de renegar o processo político eleitoral acaba fragilizando ainda mais aqueles indivíduos que dizem ser representados por aqueles grupos.

¹ Sublinha-se que o termo *liberal* nos Estados Unidos possui uma conotação mais próxima a um pensamento político afeito à socialdemocracia inglesa de participação do Estado como provedor de serviços básicos à população. Assim, o termo se aplicaria àqueles atores mais vinculados à esquerda dentro do espectro ideológico feitas todas as ressalvas e seu uso restrito ao caso dos EUA.

Em relação à referida disputa pela hegemonia do imaginário do cidadão comum norte-americano, ele utiliza como recurso heurístico, para recontar a história da cultura política dos EUA ao longo do século XX, o termo fundamentado nos textos cristãos “dispensações”².

A primeira delas seria a “Dispensação Roosevelt”, calcada na ideia de inclusão dos cidadãos em um projeto político compartilhado de proteção mútua frente aos riscos e possíveis ataques às garantidas fundamentais dos Estados Unidos. Atesta o autor para as palavras de ordem desta visão: “solidariedade, oportunidade e dever público” (Lilla, 2018, p.13), o que confere uma característica “política” no sentido de que esse diapasão de ideias permitia o exercício político dentro de um compartilhamento de ações entre cidadãos. Essa visão de mundo figurou até os anos 1970, sendo substituída na década seguinte pela “Dispensação Reagan”. Esta propunha um país mais afeito ao individualismo, em que cidadãos seriam mais prósperos quanto menor fosse a presença do Estado, propondo a ideia de governo mínimo, o que para Lilla confere uma característica “antipolítica”.

Além da introdução, em que o autor apresenta brevemente os conceitos acima discutidos, o livro apresenta ainda três capítulos na seguinte ordem: Antipolítica, Pseudopolítica e Política.

O objetivo do primeiro capítulo é apresentar como foi possível a transferência da “Dispensação Roosevelt” e a emergência da “Dispensação Reagan” para o centro do campo da cultura política dos Estados Unidos. Após o colapso da economia com a Grande Depressão e o aprofundamento da crise política que culminou no conflito mundial, consolidou-se no imaginário dos cidadãos norte-americanos uma ideia de unidade que comungava uma solidariedade social em torno de um projeto de país. Esse projeto deveria ser capaz de propiciar quatro liberdades: de expressão, religiosa, viver sem pobreza, e de viver sem medo. Ainda que essas liberdades não incluíssem os afro-americanos, o fato é que a autoimagem projetada pelos cidadãos daquele país era a de uma nação entusiasmada com o processo de modernização e com o otimismo de um futuro próspero para si e para o mundo.

² A tradução gramaticalmente correta de “dispensação” seria “administração” ou “gerência”. Dentro da teologia cristã a utilização dessa palavra resume a ideia de como são administradas ou lidadas as questões da humanidade tomadas como verdade em diferentes períodos históricos. Para uma melhor explicação ver: Bass (2005).

Essa onda positiva vigorou até a década de 1970, quando uma série de eventos fez com que a opinião pública passasse gradativamente a questionar sua confiança nas políticas propostas pelo Estado nacional. Afirma o autor que foram criados muitos programas sociais que não conseguiam mais corresponder aos anseios do cidadão comum e que conjugados com episódios como Watergate, Guerra do Vietnã e manutenção de estagflação fizeram com que se corroessem os princípios definidos pela Dispensação Roosevelt e se reforçasse a ideia de que apenas os indivíduos atomizados seriam capazes de dar vazão as suas demandas (igualmente cada vez mais individualizadas).

Além disso, o autor também chama a atenção para o surgimento do *modus operandi* que caracterizará o liberalismo identitário. Afirma Lilla que toda a intransigência dos liberais, arraigados à solidariedade sindical, em acatar as decisões e reformas legais decorrentes dos processos legislativos fez com que eles buscassem contornar tais processos pela via do judiciário, que geralmente lhes beneficiava. Nesse sentido, tornou-se comum identificar o judiciário como uma classe elitista e ideologizada com vínculos estreitos com os liberais. O efeito dessa retórica foi a de que as nomeações para os tribunais passaram a ser cada vez mais de indivíduos vinculados à direita. Para os liberais, o processo de implementação de suas políticas se tornou um processo demasiadamente dispendioso, o que sedimentou uma nova ideia de que era contraproducente trabalhar junto aos partidos e instituições governamentais.

Reagan soube se servir desses condicionantes para se beneficiar politicamente, inculcando uma visão renovada do que era ser americano. Utilizando ideias antigas presentes no imaginário dos norte-americanos, ele conseguiu construir uma narrativa que não confrontava os cidadãos, atordoados por um suposto “mal-estar” apontado por Carter no final da década de 1970. Ao contrário, prometia-lhes uma vida próspera desde que se espelhassem naqueles colonos do século XVI e trabalhassem em seus próprios negócios com afinco, sem a necessidade de qualquer ajuda ou recurso estatal.

Uma vez eleito, a estratégia de Trump e dos republicanos foi a de sedimentar sua visão antipolítica a partir de uma estratégia que partia do controle das instâncias governamentais mais baixas até a Presidência da República. Isto é, buscaram aumentar sua representação nas eleições locais e estaduais garantindo o apoio nas eleições legislativas e angariando o apoio

dos congressistas nas eleições presidenciais. Concomitante a essa estratégia, observa-se a formação de quadros políticos afeitos aos valores propostos pelo reaganismo com o surgimento e financiamento de diversos *think tanks* conservadores.

A eleição de Trump seria uma sinalização de quebra da Dispensação Reagan, pois o então candidato republicano teria derrotado ambos os partidos, Democrata e Republicano, apresentando-se como um candidato anti-*establishment*, porém com uma retórica igualmente vazia de conteúdo, o que seria indício tanto da falta de um projeto por parte dos liberais quanto o de vacuidade no pensamento conservador estadunidense.

O segundo capítulo retrata a reação dos democratas à consolidação da Dispensação Reagan exposta anteriormente. Os liberais do Partido Democrata deixaram de articular seus posicionamentos políticos tradicionais com os sindicatos e a classe trabalhadora e, devido a uma espécie de encantamento com os movimentos sociais identitários surgidos dentro dos *campi* universitários, direcionaram exclusivamente sua ação política em prol adoção de tais pautas dispendendo às disputas institucionais e, por conseguinte, o *demos*, nenhuma ou pouca importância.

O argumento central do autor é o de que, ao focar apenas nas pautas que valorizavam o reconhecimento de identidades minoritárias como sendo uma resposta exclusiva aos problemas políticos e sociais dos EUA, os liberais acabaram reforçando justamente os aspectos que os distanciavam dos grupos que julgavam defender. Tal mentalidade propiciou uma nova forma de aproximação com a atividade política e até mesmo intelectual, em que os temas acadêmicos cada vez mais se atrelavam às pautas militantes dos próprios indivíduos. O autor denomina esse comportamento de “modelo Facebook de identidade”, no qual os agentes se preocupam cada vez mais em reafirmar sua própria identidade e utilizam o argumento da autoridade como forma de se distanciar do debate político com seus interlocutores.

No terceiro e último capítulo, o autor denuncia a falta de uma visão comum premente em ambos os espectros ideológicos majoritários da política estadunidense. Argumenta que ambas as visões representam circuitos fechados em si mesmos incapazes de prover alguma resposta sobre o bem comum ou de definição de algum projeto político amplo para os EUA. A mera constatação da força eleitoral de Trump dentro e fora do Partido Republicano, alçado

à presidência a partir de uma plataforma política vazia, ainda que de retórica ácida, evidencia a falta de uma estratégia coesa capaz de aglutinar o apoio popular.

O sinal de alerta lançado pelo autor é o de que muitos dos liberais consideram erroneamente que o processo histórico de conquistas e de garantias de direitos é unidirecional, o que protegeria automaticamente todas suas pautas de retrocessos democráticos. Nesse sentido, a importância da política partidária como um esteio que canaliza as lutas políticas é a forma mais eficiente para se construir uma nação mais cidadã e inclusiva. Em outras palavras, mesmo dentro de uma política democrática, não existem garantias de que retrocessos não serão observados e que a atividade política representa necessariamente uma atualização constante do poder de persuasão, e não de autoexpressão.

Apesar do autor retratar o processo para o caso específico dos Estados Unidos, pode-se pensar como essa maneira de agir politicamente, o denominado “liberalismo identitário”, tem barrado igualmente o avanço de projetos progressistas coesos também no caso do Brasil, com a diferença de que aqui nem mesmo o engajamento em causas progressistas seja tão disseminado quanto nos EUA.

O ponto crítico da obra fica por conta da quase nula avaliação sobre o próprio Partido Democrata e suas próprias articulações e projetos políticos institucionais. O leitor chega ao final do texto tendo a impressão de que o Partido Democrata adotou uma postura substancialmente passiva, renegando o jogo eleitoral quando, durante o próprio período que ele considera “Dispensação Reagan”, houve 16 anos de mandatos presidenciais democratas. Além de uma eleição contestada no ano de 2000, em que o candidato perdedor no colégio eleitoral obteve a maioria dos votos nominais.

Enfim, o livro de Lilla, de leitura agradável e inteligível, torna-se uma boa referência para se interpretar o avanço na forma como os movimentos políticos atuais se articulam. Ele consegue explicar razoavelmente o fenômeno eleitoral de Trump através de uma leitura que se preocupa em analisar as falhas do campo progressista e liberal da política norte-americana. Da mesma forma, ele instiga o leitor brasileiro a avaliar o modo como os movimentos sociais propõem sua luta política. A lição de Lilla é a de que abdicar da disputa eleitoral e da política institucional pode agravar ainda mais a situação daqueles grupos mais vulneráveis, e de que

as mazelas que afligem o Brasil só podem ser resolvidas a partir de uma visão inclusiva e cidadã da vida social.

Referências

BASS, Clarence B. *Backgrounds to Dispensationalism: its historical genesis and ecclesiastical implications*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2005.

LILLA, Mark. *O Progressista de Ontem e o do Amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O Autor

Luiz Eduardo Garcia da Silva é Mestre e Doutor em Ciência Política (UFRGS), Bacharel em Ciências Sociais e Ciências Econômicas (UFRGS). Doutorando em Economia do Desenvolvimento (PUCRS). E-mail: luizeduardogarcia1@gmail.com

Data de submissão: 23/04/2020

Data de aprovação: 02/10/2020

